

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2017

(DA SRA. ERIKA KOKAY)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo sejam exigidos formação, capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais que atendem vítimas de violência doméstica nos órgãos de segurança pública do País e adotadas outras providências nos termos que discrimina.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex^a. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação anexa, que sugere que sejam exigidos formação, capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais que atendem vítimas de violência doméstica nos órgãos de segurança pública do País e adotadas outras providências nos termos que discrimina.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputada ERIKA KOKAY

INDICAÇÃO Nº _____, DE 2017

(Da Sra. Erika Kokay)

Sugere sejam exigidos formação, capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais que atendem vítimas de violência doméstica nos órgãos de segurança pública do País e adotadas outras providências nos termos que discrimina.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A violência doméstica – e contra a mulher de modo geral em qualquer ambiente – é um grande desafio a ser combatido em nossa sociedade. Vários esforços legislativos têm sido empreendidos ao longo dos últimos anos no intuito de contribuir para a solução desse problema, com grande destaque para a Lei Maria da Penha.

Os clamores populares, entretanto, em torno da necessidade de concretização de avanços ainda maiores nesse campo temático são relevantes hodiernamente, conforme se vê da seguinte passagem, extraída do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública:

Não obstante os avanços na legislação, o atendimento da polícia em relação a vítimas de violência sexual e doméstica ainda é falho. Para reverter essa situação, é necessário refletir sobre um novo tipo de política que seja implementada para enfrentar a violência de gênero.

Além de qualificar as delegacias especializadas e comuns para atender vítimas de estupro, os direitos das mulheres e as

questões de gênero devem ser estabelecidos como temas transversais em todas as corporações policiais, em todos os níveis de atendimento.

As mulheres querem e precisam contar com a ajuda das polícias. Embora notemos uma maior conscientização em reconhecer e condenar a violência contra as mulheres, o tema de combate à violência de gênero deve estar presente nas instituições para que as atitudes discriminatórias cessem de se reproduzir e as mulheres possam ser ouvidas¹.

Esta Indicação, nesse contexto, visa sugerir medidas a Vossa Excelência para que, no âmbito do Poder que chefia, possa também dar seguimento à busca de uma Nação mais pacífica no interior das residências e nas ruas brasileiras.

Assim é que vimos sugerir (1) a criação e/ou o incremento de programas que gerem formação, capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais que atendem vítimas de violência doméstica – e contra a mulher de maneira geral – e (2) a realização de investimentos para a melhoria do atendimento a essas vítimas, inclusive no que tange à infraestrutura dos locais em que são atendidas, de forma a assegurar privacidade e acolhimento digno a essas pessoas.

A primeira sugestão, nesse diapasão, volta-se para os recursos humanos empregados no atendimento às vítimas em comento. Investir em pessoas é, sempre, uma ótima abordagem para qualquer problema social; neste caso particular, porém, temos que admitir que o papel dos profissionais dos órgãos de segurança pública é simplesmente essencial. Daí nossa sugestão principal se direcionar para essa vertente de atuação.

A ideia é diminuir a ocorrência de fatos aos moldes do descrito no texto em destaque logo abaixo. Embora não relatando especificamente um caso de violência doméstica, mas abordando um caso de violência contra a mulher, o extrato da reportagem retrata o despreparado e a indiferença de

¹ Disponível em http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf. Acesso em 23 jan. 2017.

profissionais da segurança pública com uma vítima de estupro coletivo no ano passado.

*A Polícia Civil e a Polícia Militar abriram procedimentos para investigar a conduta de seus agentes ao atenderem caso de estupro coletivo de uma mulher de 34 anos. **A vítima foi conduzida à delegacia ao lado dos seus agressores e voltou a ser molestada no carro da PM.** Na delegacia, o agente escreveu termos vulgares ao registrar a ocorrência, como "só gritou quando empurraram um galho de árvore na sua bunda". Dois adolescentes foram apreendidos pelo crime. Era o quarto ataque sexual que a mulher sofria do mesmo grupo.*

O caso foi revelado pelo jornal Extra. A vendedora X., de 34 anos, foi atacada na madrugada de segunda-feira, 17. Ela estava em um bar com um amigo, no bairro Lagoinha, em São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, quando quatro jovens ligados ao tráfico da região a arrastaram para o banheiro do bar. De lá, ela foi levada para uma rua deserta e com pouca iluminação, onde passou a ser estuprada pelo grupo. Um carro do 7º Batalhão da PM (São Gonçalo) passou pelo local, a encontrou nua e a socorreu.

*Mais à frente, os policiais encontraram os adolescentes, que foram reconhecidos pela mulher. **Eles foram detidos e sentaram na mesma viatura, ao lado da vítima. No caminho para a delegacia, um deles alisou sua perna e a ameaçou: "Fica tranqüilinha, vai dar tudo certo".***

A vendedora foi levada para a 74ª Delegacia de Polícia (Alcântara), que não tem Núcleo de Atendimento à Mulher nem seguiu o novo protocolo da Polícia Civil para atendimento de vítimas de violência sexual, que prevê "atendimento humanizado à vítima, proporcionando condições necessárias para que ela possa comunicar a violência sofrida".

No registro de ocorrência, o policial escreveu expressões como "boquete triplo", "fizeram anal e vaginal", "não usaram camisinha, no pelo", e ainda "que a declarante só gritou quando empurraram um galho de árvore na sua bunda".

— Não é fácil. Durante o depoimento, fiquei muito desconcertada. Tinha acabado de acontecer tudo aquilo comigo. Estava sentindo dor e ainda muito abalada. Depois, fui para casa e me senti muito abandonada — disse a vendedora, em entrevista ao Extra.

A vendedora contou que há quatro anos um ex-namorado divulgou vídeo íntimo gravado sem consentimento na favela onde ela mora. Depois disso, os traficantes a estupraram quatro vezes, em quatro anos.

— Estou me sentindo completamente desamparada. Eu tinha medo de que justamente isso pudesse acontecer se eu registrasse o caso. Minha vida está devastada. Eu e minhas filhas não podemos ir para casa. As amigas das minhas filhas foram a minha casa e encontraram tudo revirado. Tentaram levar até a minha máquina de lavar — disse ao jornal².

² Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/policia/noticia/2016/10/vitima-de-estupro-volta-a-ser-molestada-por-criminoso-em-viatura-7912314.html>. Acesso em 23 jan. 2017.

Já a segunda sugestão está voltada para a melhoria da infraestrutura dos locais de atendimento a essas vítimas. Como se viu do extrato da reportagem acima transcrito, não houve qualquer preocupação em realizar um acolhimento à vítima que lhe preservasse ou tentasse restabelecer condições psicológicas mínimas e que respeitasse de alguma maneira a intimidade devassada da mulher então estuprada. A existência de um ambiente profissional adequado, inclusive quanto à infraestrutura física dos locais de atendimento, certamente contribuiria para amenizar a dor da vítima num caso como aquele.

Dirigimos, então, esta Indicação a Vossa Excelência em respeito ao princípio constitucional pétreo da separação de Poderes, entendendo que sua ação, nesse contexto, será dirigida às estruturas, em recursos humanos e físicas, dos órgãos de segurança pública que estão sob o seu comando.

Sabemos, porém, que a maioria dos policiais que lidam com a problemática da violência doméstica presta seus serviços nos Estados. Nesse compasso, solicitamos, adicionalmente, que, em suas tratativas e encontros com Governadores, procurem sensibilizá-los acerca da situação exposta nesta Indicação, de forma que a proposta assuma contornos mais eficazes, precisos e difundidos por todo o País.

Solicitamos, assim, os préstimos de Vossa Excelência no sentido da adoção das medidas julgadas adequadas para a total implementação do pedido.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputada ERIKA KOKAY